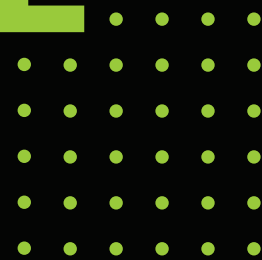




POLÍTICA DE AUDITORIA E CONTROLE DE RISCOS DE COMPLIANCE





I ÍNDICE

1 OBJETIVO 02

2 MISSÃO 02

3 VISÃO 02

4 ABRANGÊNCIA 02

5 TERMOS E DEFINIÇÕES 03

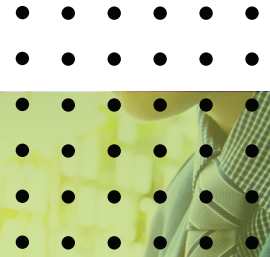
6 PRINCÍPIOS 04

7 BENEFÍCIOS 05

8 DIRETRIZES 06

9 METODOLOGIA 07

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS 08



1 OBJETIVO

Esta política tem como objetivo estabelecer as diretrizes que regem as atividades de auditoria interna da instituição Missão Sal da Terra, contemplando os principais aspectos para o desenvolvimento da sua função de forma a gerar a eficácia dos processos de

3 VISÃO

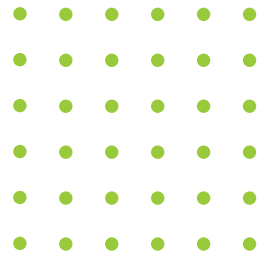
Atuar em toda estrutura da instituição Missão Sal da Terra, bem como uma ferramenta de controle com informações tempestivas de todos os processos da empresa.

2 MISSÃO

Fornecer avaliações e assessorias baseadas em riscos para agregar valor à organização por meio da melhoria de processos, de forma condizente com valores, estratégias e objetivos da entidade.

4 ABRANGÊNCIA

A Política abrange a instituição Missão Sal da Terra e aplica-se a Membros dos Conselhos, Diretoria Executiva, Alta e Média Gerências e todos os Colaboradores, totalizando todos que estão contemplados na matriz e suas filiais da organização.



5

TERMOS E DEFINIÇÕES

Auditoria interna

É uma atividade independente e objetiva de avaliação e consultoria, criada para agregar valor e melhorar as operações de uma organização. Ela auxilia a organização a atingir seus objetivos a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada à avaliação e melhoria da eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança.

Plano Anual de trabalho

Documento elaborado anualmente pela(o) Analista de Riscos de *Compliance*, revisado pela Coordenação do Programa de *Compliance* e validado pela Superintendência Geral (o CEO), considerando as matrizes de riscos, mapeamento de processos e controles identificados na Instituição Missão Sal da Terra.

Compliance

É o ato de estar em conformidade com determinadas leis, normas e regras. Na Missão Sal da Terra é a área responsável por desempenhar as funções de mapeamento de processos e o levantamento de riscos do negócio, onde se inicia um plano de auditoria interna a fim de avaliar a qualidade dos controles e da capacidade da instituição cumprir seus objetivos.

Gerenciamento de Riscos

Processo para identificar, avaliar, administrar e monitorar potenciais ameaças, a fim de minimizar a possibilidade de impactos que sejam negativos em relação ao cumprimento dos objetivos da organização.

International Professional Practices Framework (IPPF)

Práticas internacionais de Auditoria Interna recomendada pelo Instituto dos Auditores Internos (IIA).





6

PRINCÍPIOS PARA A PRÁTICA PROFISSIONAL DE AUDITORIA INTERNA

Os auditores internos efetuam uma avaliação equilibrada de todas as circunstâncias relevantes e não são influenciados pelos interesses próprios ou de terceiros na formulação dos julgamentos. Para que uma função de Auditoria Interna seja considerada eficaz é esperado que apliquem e defendam os seguintes princípios:

- Demonstrar integridade;
- Demonstrar a proficiência e o zelo profissional devido;
- Ser objetivo e livre de influências indevidas (independente);
- Estar alinhado às estratégias, objetivos e riscos da organização;
- Estar devidamente posicionado e com recursos adequados;
- Demonstrar qualidade e melhoria contínua;
- Comunicar-se de modo efetivo;
- Fornecer avaliações baseadas em risco;
- Ser perspicaz, proativo e focado no futuro;
- Promover a melhoria organizacional.





BENEFÍCIOS

A auditoria interna está ligada a avaliação da gestão empresarial, desse modo, suas investigações analisam todos os processos internos na organização, além da melhoria contínua, podemos citar como benefícios da auditoria interna:



7.1. Garantia da utilização dos controles

Está relacionada, justamente, à aplicação dos controles internos. De nada adianta investir na implantação deles se não forem bem utilizados, pois, assim, não será possível alcançar os resultados esperados. Dessa forma, a auditoria interna é um processo de verificação dos instrumentos usados para o controle de processos da empresa, quaisquer que sejam, e de sua efetividade.

7.2. Conferência da aplicação das políticas

Do mesmo modo, as políticas internas também devem ser seguidas à risca, não servindo apenas como um ideal. A auditoria tem a missão de revelar o quanto elas estão sendo respeitadas e colocadas em prática, bem como seus efeitos na rotina da organização.

7.3. Avaliação da efetividade das normas

Além das políticas, as normas também devem ser verificadas. Enquanto o *Compliance* se encarrega de determinar quais são pertinentes e cria meios para a fiscalização, a auditoria interna deve atestar se elas estão sendo atendidas. Ou

seja, juntos, esses dois instrumentos são fundamentais para a garantia da conformidade, evitando fraudes e outros problemas decorrentes da falta de ética ou da corrupção dentro da organização.

7.4. Antecipação e resolução de problemas

Na avaliação das políticas, dos controles e das normas, a auditoria é capaz de identificar problemas reais ou potenciais que podem pôr a empresa em risco. Por isso, é uma forma de evitar que esses problemas surjam e, ao mesmo tempo, minimizar os efeitos deles. É bom lembrar que tais ocorrências podem ser bastante prejudiciais se não forem resolvidas a tempo, uma vez que já foram submetidas a todo um processo prévio de análise de riscos de *Compliance*.

7.5. Identificação de possibilidades de melhoria

A auditoria não serve para identificar apenas problemas. Pelo contrário, com ela é mais fácil encontrar pontos que podem ser melhorados ou contribuir para o crescimento da empresa. Inclusive, é por isso que ela costuma ser realizada antes de grandes mudanças, como um processo de fusão ou aquisição.



7.6. Aumento da confiabilidade e reputação da empresa

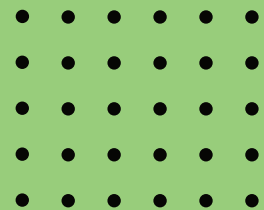
Assim como o *Compliance*, a auditoria interna é uma maneira de aumentar a confiança de clientes, fornecedores, colaboradores e outros envolvidos no negócio. Pois é uma maneira de buscar a transparência e a eficiência máxima nos processos, mostrando aos diferentes públicos o quanto isso é importante para a organização.

7.7. Contribuição para a tomada de decisões

Por fim, é importante destacar o quanto a auditoria interna contribui para a tomada de decisões, não só por apontar oportunidades. O fato é que ter uma visão externa – uma vez que os gestores não participam dela – é uma forma de ir além, de perceber e antever diferentes cenários e possibilidades, algo tão importante para a tomada de decisões.



DIRETRIZES



O papel da auditoria é examinar sistematicamente as tarefas desenvolvidas em algum setor específico ou na instituição de modo geral. Sendo assim, pode ser dividida em auditoria interna e externa, operacionais, contábeis, financeiras dentre outras.

A implantação do plano de trabalho de auditoria interna junto ao *Compliance* na Missão Sal terá início com a auditoria de processos, que tem como objetivo definir se os recursos produtivos e humanos estão sendo empregados da maneira mais eficiente possível, evitando retrabalho e desperdícios na operação. É uma maneira de auxiliar os gestores a ter um controle maior das atividades, além de possibilitar a correção de erros e a detecção de fraudes. Este guia sobre auditoria interna aborda as principais diretrizes a serem seguidas no momento da condução da mesma.

Para garantir que esse trabalho seja realizado da melhor forma possível, precisa-se criar um passo-a-passo de

auditoria interna. O primeiro deles é planejar o trabalho, elaborando um programa anual de auditorias, que atenda às normas de gestão da qualidade ISO 9001. Em seguida, é preciso, dividir as atividades, identificar os problemas, definir as linhas de avaliação dos trabalhos, assegurar sua uniformidade, manter uma checagem periódica das tarefas e dos dados.

A Missão Sal da terra, a fim de cumprir e se fazer cumprir as políticas, controles internos, regras e diretrizes, adquiriu um sistema de solução de Gestão por Processos que permite planejar e gerenciar auditorias e promove o alinhamento entre as estratégias organizacionais com a tecnologia da informação e as tecnologias operacionais. Proporcionando uma abordagem disciplinar que permite planejar, analisar, executar, documentar, medir, monitorar e controlar os processos da organização, com vínculo voltado para o planejamento estratégico.



METODOLOGIA

O planejamento seguirá 4 fundamentos básicos que formam a metodologia do trabalho do Programa de Compliance na Missão.



PREVENÇÃO



DETECÇÃO



CORREÇÃO



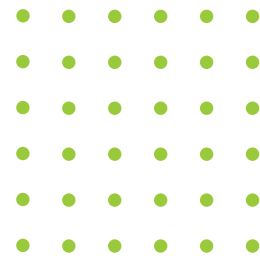
MONITORAMENTO

As análises de Auditoria Interna serão executadas por Analista de Riscos de *Compliance*, membro do setor de *Compliance* da Missão. Sua tarefa inclui uma matriz de verificação se os riscos, relativos ao alcance dos objetivos estratégicos da instituição, estão devidamente identificados e geridos pelos responsáveis de cada risco. No entanto, o desafio está em transformar as várias funções de gerenciamento de riscos em uma disciplina incorporada em toda a empresa e vista como um ativo estratégico, para isso, é fundamental um bom sistema de monitoramento de todos os números e acontecimentos relevantes que envolvem a organização.

O Analista de Riscos de *Compliance*, após análise da matriz de riscos, ficará responsável pela proposição de ações e barreiras, a fim de dirimir a ocorrência dos riscos, de forma que seu trabalho garanta eficácia e atingimento dos

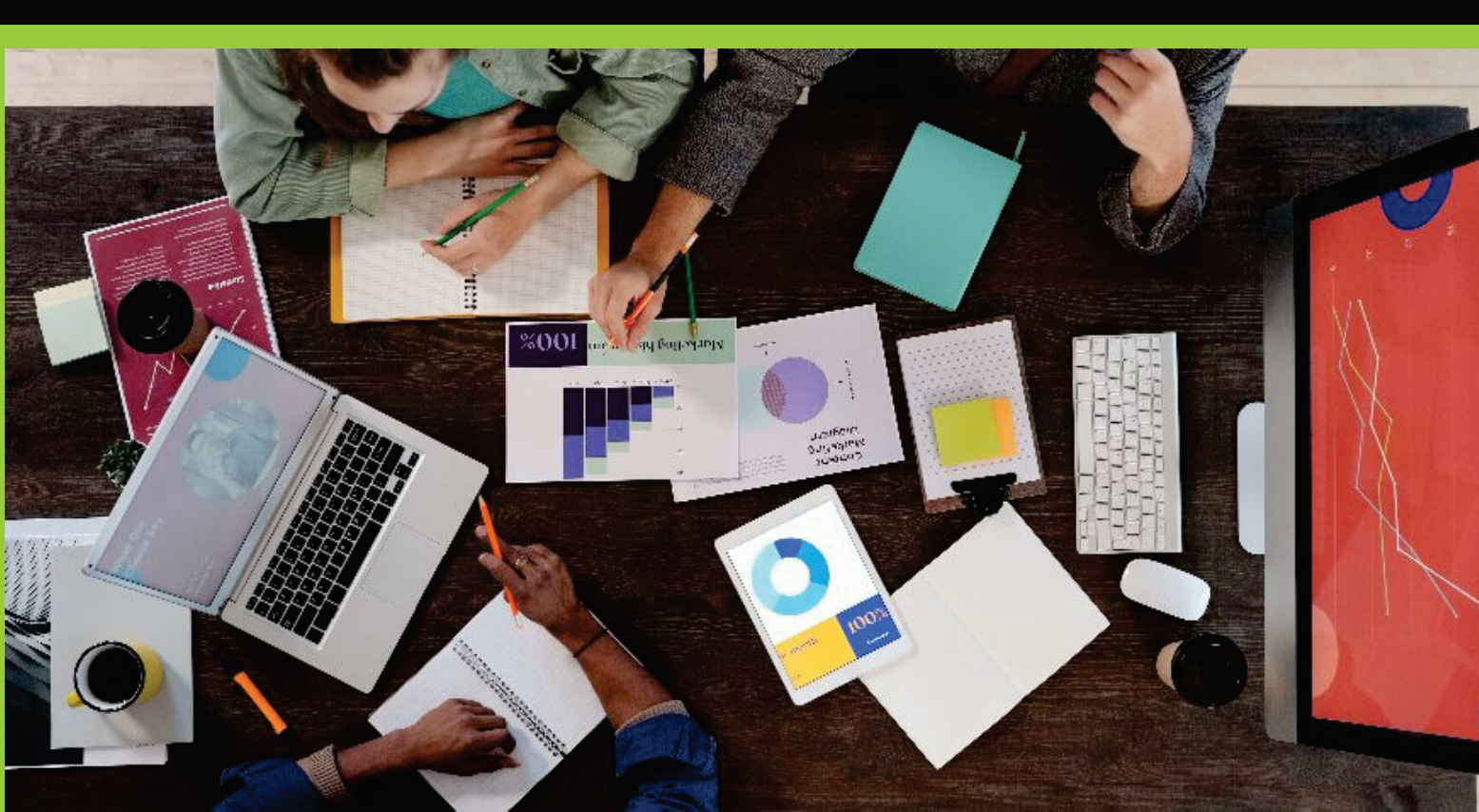
resultados livre de não conformidades. A identificação das áreas de atuação e a forma como se farão os registros também são importantes, definindo quais serão, quando e como fará para auditar os processos, bem como quais parâmetros serão utilizados para realizar o trabalho. Definir um cronograma de trabalho, quais ferramentas usar e quais requisitos devem ser considerados, sempre buscando a melhoria dos processos e da tomada de decisões por parte dos gestores.

Para garantia de que o cronograma de acompanhamento de auditoria e controles de riscos internos esteja em perfeito funcionamento e acompanhamento contínuo, dispomos de acesso à ferramenta de gestão de resultados chamada de OKR (*Objective Key Results*), o qual dará parâmetros e medidas do cumprimento das etapas planejadas.



10

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Na realização das atividades, devem ser observadas as normas e diretrizes estabelecidas pelos requisitos legais e boas práticas, referenciadas pelas práticas das atividades de auditoria.

Os relatórios finais, produto de cada etapa de auditoria nos setores, serão disponibilizados ao final para a gerência do setor auditado, a coordenação do Programa de *Compliance* e ao Superintendente Geral da organização.

Os papéis de trabalho gerados pela auditoria interna são de natureza confidencial e seu arquivo e salvaguarda são de responsabilidade da área de *Compliance*.



trabalho com ética e integridade